

PODER E DÁDIVA NO ENGENHO

POWER AND GIFT AT THE INGENIO

Nabupolasar Alves Feitosa*

Resumo: Este trabalho tem como finalidade mostrar as relações de troca descritas por Marcel Mauss no seu *Ensaio sobre a Dádiva* e o poder produzido dessas relações. Este estudo toma como texto base o Ensaio de Mauss e toma como caso a ser estudado para se mostrar a relação entre dádiva e poder o romance *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego. A principal conclusão é a de que o poder emana da dádiva por razões que jazem na própria natureza humana remanescentes dos tempos do estado de natureza, como indica Thomas Hobbes, quando ter mais poder significava viver provavelmente um pouco mais.

Palavras-chave: Potlatch. Poder. Dádiva.

Abstract: This work aims to show the exchange relations as described by Marcel Mauss in his *Essay on the Gift* and the power produced by these relations. This study takes Mauss' *Essay* as a basic text and takes José Lins do Rego's novel *Plantation Boy* as a case to be studied showing the relation between gift and power. The main conclusion is that power springs from gift for reasons which lay in human nature itself remaining from those times when man lived in the state of nature, as indicated by Thomas Hobbes, when having more power meant living probably a little more.

Keywords: Potlatch. Power. Gift.

Introdução

O Ensaio sobre a Dádiva (MAUSS, 2003) foi escrito com base em farto material – documentos e informações foram coletadas pelo autor – que chegava às suas mãos vindo de várias partes do globo e passavam pela sua arguta análise. Uma das conclusões a que Marcel Mauss chegou é a de que os fatos observados ocorriam em uma grande parte da humanidade, e se davam também em outros povos que não apenas aqueles por ele estudados. E, mais ainda, Mauss declara já na primeira linha de suas conclusões do

* Professor da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu (Fecli), da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Mestre em Filosofia pela UECE e Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Endereço eletrônico: nabupolasar@bol.com.br

Ensaio: “é possível estender essas observações a nossas sociedades” (MAUSS, 2003, p. 294), constatação que veremos verdadeira em se observando, por exemplo, como se dão as relações no sertão nordestino, especialmente na primeira metade do século XX, que a chamada literatura modernista de segunda fase, iniciada nos anos 1930, descreve com tanta precisão e maestria.

Se tivesse tido a oportunidade de ler os cinco romances de José Lins do Rego (1901-1957) que compõem o chamado Ciclo da Cana-de-Açúcar¹, ou pelo menos *Menino de Engenho*, Marcel Mauss certamente acrescentaria a seus estudos a sociedade dos tempos dos engenhos e dos coronéis, que se enquadra na afirmação de Mauss quando escreve que “*Esse princípio de troca-dádiva deve ter sido o das sociedades que ultrapassaram a fase da ‘prestação total’ [...], mas que ainda não chegaram ao encontro individual puro, ao mercado onde circula o dinheiro...*” (MAUSS, 2003, p. 264). No engenho acontece a extensão do sistema de trocas, envolvendo-se aí liberdade, honra e moeda.

Nesse trabalho vamos mostrar como é possível compreender, a partir do *Ensaio sobre a Dádiva*, de Marcel Mauss, os mecanismos de poder do senhor de engenho, especificamente do personagem Coronel José Paulino, no romance *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego.

I A dádiva

Marcel Mauss se propôs a descobrir “o caráter voluntário [...] aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações” (MAUSS, 2003, p. 188), do dar e do receber. A pergunta era bem clara: “*Qual é a regra de direito e de interesse que, nas sociedades de tipo atrasado ou arcaico, faz que o presente recebido seja obrigatoriamente retribuído? Que força existe na coisa dada que faz que o donatário a retribua?*”

¹ Os cinco romances do chamado Ciclo da Cana-de-Açúcar são, em ordem cronológica, *Menino de Engenho*, *Doidinho*, *Bangüê*, *Moleque Ricardo* e *Usina*, todos publicados no Brasil pela editora José Olympio.

Mauss afirma que chegará, no Ensaio, a conclusões “arqueológicas sobre a natureza das transações humanas” (MAUSS, 2003, p. 188). Na verdade, a resposta seguia mais o místico das sociedades arcaicas do que uma análise político-sociológica ou filosófica. Afirmava haver uma alma na coisa dada. A coisa dada, uma vez afastada de seu dono, buscava a este retornar.

Mas o próprio Mauss já havia percebido que as relações iam para além de espiritualidades, estando mais fincadas nas relações de terra a terra. Ele, acertadamente, assevera que “não são indivíduos, são coletividades que se obrigam mutuamente, trocam e contratam; as pessoas presentes a: clãs, tribos, famílias [...] por intermédio de seus chefes...” (MAUSS, 2003, p. 190).

E quando Mauss declara que “o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas [...]. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares...” (MAUSS, 2003, p. 190-191), que ele nomeia de *sistema das prestações totais*², ainda fica faltando explicar por que as pessoas trocam tudo isso. O esclarecimento começa a surgir quando ele escreve:

A seguir, dois elementos essenciais do potlatch³ propriamente dito são nitidamente atestados: o da honra, do prestígio, do *mana* que a riqueza confere, e o da obrigação absoluta de retribuir as dádivas sob pena de perder o *mana*, essa autoridade, esse talismã, e essa fonte de riqueza que é a própria autoridade (MAUSS, 2003, p. 195).

Segundo Thomas Hobbes, desde os tempos em que vivia em Estado de natureza, a razão levava o homem, por necessidade de sobrevivência, a se fazer superior a todos os outros homens para intimidá-los, e assim ir garantindo sua sobrevivência. Além disso, o poder atrai o poder. Quanto mais poderoso se é, mais pessoas, necessitando de proteção, buscarão se aliar ao poderoso, o qual, dessa forma, torna-se ainda mais poderoso. Para Hobbes, “reputação é poder, pois com ela se consegue a adesão daqueles que necessitam de proteção” (HOBBS, 1997, p. 83). E continua: “da mesma maneira,

² “Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso *o sistema das prestações totais*.” (MAUSS, 2003, p. 191).

³ Potlatch, que segundo Marcel Mauss significa, numa língua indígena norte-americana, “nutrir”, “consumir”. E ainda: “Propomos reservar o nome potlatch a esse gênero de instituição que se poderia, com menor perigo e mais precisão, mas também mais longamente, chamar: prestações totais de tipo agnóstico.” (MAUSS, 2003, p. 192).

qualquer qualidade que torna um homem amado, ou temido por muitos⁴, é poder; porque constitui um meio para adquirir a ajuda e o serviço de muitos” (HOBBS, 1997, p. 83).

Assim, pelo instinto natural da sobrevivência, os homens não entram em acordo, sobretudo porque cada um quer ser superior ao outro. Mauss se refere ao “princípio de rivalidade que domina todas as práticas” (MAUSS, 2003, p. 192) de troca na tribo, chegando até à batalha e à morte. Em consonância com essa ideia, Hobbes afirma existirem “três causas principais de discórdia: Primeiro, a competição; segundo, a desconfiança; e terceiro, a glória. A primeira leva os homens a atacar os outros tendo em vista o lucro; a segunda, a segurança; e a terceira, a reputação” (HOBBS, 1997, 108-109).

Assim, quando alguém dá, faz-se imediatamente superior. Para não ficar na inferioridade, quem recebe tem a obrigação moral de retribuir. Por isso Marcel Mauss afirma: “Ninguém é livre para recusar um presente oferecido. Todos, homens e mulheres, procuram superar-se uns aos outros em generosidade” (MAUSS, 2003, p. 212).

Sem citar Hobbes, Marcel Mauss faz uma afirmação semelhante: “Dar é manifestar superioridade, é ser mais, mais elevado, *magister*; aceitar sem retribuir, ou sem retribuir mais é tornar-se cliente e servidor, ser pequeno, ficar mais abaixo (*minister*)” (MAUSS, 2003, p. 305). E escreve ainda: “O ritual do *kula* chamado *mwasila* é cheio de fórmulas e de símbolos que demonstram que o futuro contratante busca antes de tudo esse proveito: a superioridade social e, poder-se-ia mesmo dizer, brutal” (MAUSS, 2003, p. 305). E complementa: “Ser o primeiro, o mais belo, o mais afortunado, o mais forte e o mais rico, eis o que se busca e como se obtém” (MAUSS, 2003, p. 306).

Machado de Assis, no capítulo CLIX de *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (ASSIS, 1998), já havia feito referência a essa busca das pessoas de se superar umas às outras, não por mero altruísmo, mas porque isso dava a sensação de superioridade. É pelo filósofo Quincas Borba, personagem interessantíssimo, que Machado de Assis esclarece:

⁴ Cf. MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 25. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. Cap. XVII, p. 95.

A persistência do benefício na memória de quem o exerce explica-se pela natureza mesma do benefício e seus efeitos. Primeiramente, há o sentimento de uma boa ação, e dedutivamente a consciência de que somos capazes de boas ações; em segundo lugar, recebe-se uma convicção de superioridade sobre outra criatura, superioridade no estado e nos meios; [...] Por que é que uma mulher bonita olha muitas vezes para o espelho, senão porque se acha bonita, e porque isso lhe dá certa superioridade sobre uma multidão de outras mulheres menos bonitas ou absolutamente feias? (ASSIS, 1998, p. 185)

É a superioridade, reputação e poder que são conseqüências diretas uma da outra. Marcel Mauss, em outra passagem, corrobora o que estamos a destacar quando escreve: “Concorrência, rivalidade, ostentação, busca de grandeza e interesse, tais são os motivos diversos que subjazem a todos esses atos” (MAUSS, 2003, p. 225), atos aqui em referência a trocas, dar e retribuir, de prestações e contraprestações.

Mais esclarecedor ainda é, sobre os índios americanos, o trecho abaixo:

É uma disputa de quem será o mais rico e também o mais loucamente perdulário. O princípio do antagonismo e da rivalidade está na base de tudo. O estatuto político dos indivíduos, nas confrarias e nos clãs, as posições de todo tipo se obtêm pela ‘guerra de propriedade’ assim como pela guerra, ou pela sorte, ou pela herança, pela aliança e o casamento. Mas tudo é concebido como se fosse uma luta de riqueza (MAUSS, 2003, p. 238).

Assim como se encontra situação semelhante na Polinésia. Mauss informa que “O *mana* polinésio simboliza, ele próprio, não somente a força mágica de cada ser, mas também sua honra, e uma das melhores traduções dessa palavra é: autoridade, riqueza” (MAUSS, 2003, p. 240-241).

Ora, para se ter poder e ser chefe é mister dar, ou seja, sem dádiva que se ofereça é impossível ser chefe, não se pode ter poder. Em outras palavras, o poder emana da dádiva, seja na Polinésia, entre os índios americanos ou no engenho nordestino. “A obrigação de dar é a essência do *potlatch*” (MAUSS, 2003, p. 243), sentencia Marcel Mauss, para quem:

Um chefe [...] só conserva sua autoridade sobre sua tribo e sua aldeia [...] se prova que é visitado com freqüência e favorecido pelos espíritos e pela fortuna, que é possuído por ela e que a possui; e ele não pode provar essa fortuna a não ser gastando-a, distribuindo-a, humilhando com ela os outros, colocando-os “à sombra de seu nome” (MAUSS, 2003, 243-244).

A partir das relações de troca, conforme exposto até aqui, passamos então a analisar como funcionava a sociedade nos engenhos nordestinos de cana-de-açúcar, tomando como representante padrão o engenho descrito no romance *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego.

II Poder e dádiva no engenho

O Coronel José Paulino, avô de Carlinhos (o menino de engenho), era mesmo um homem poderoso. Com seus gritos de chefe, comandava milhares de pessoas, gerenciava uma grande produção de açúcar. E apesar dos gritos, aparentemente – pelo menos do ponto de vista do narrador-personagem – as pessoas comandadas pelo Coronel não tomavam o seu ralar como ofensa. “O meu avô chamava-os de ladrões, de velhacos e nem mostravam cara de aborrecidos. Parecia que aquelas palavras feias na boca do velho José Paulino não quisessem dizer coisa alguma” (REGO, 2008, p. 89).

As razões para esse tipo de relação entre o senhor de engenho e seus comandados podem ser várias, e vista por vários ângulos, como olhar para esse tipo de relação como o tipo de dominação tradicional descrita por Weber.

Denominamos uma dominação *tradicional* quando sua legitimidade repousa na crença na santidade de ordens e poderes tradicionais (“existentes desde sempre”). Determina-se o senhor [...] em virtude de regras tradicionais. A ele se obedece em virtude da dignidade pessoal que lhe atribui a tradição. [...] Não se obedece a estatutos, mas à *pessoa* indicada pela tradição ou pelo senhor tradicionalmente determinado (WEBER, 2000, p. 148).

Aqui, porém, apontamos apenas aquelas que consideramos estarem diretamente relacionadas ao campo da dádiva mostrada por Marcel Mauss. E a dádiva como fonte de poder.

O narrador conta que “O velho José Paulino governava os seus engenhos com o coração. Nunca o vi com armas no quarto⁵” (REGO, 2008, p. 100). O poder do Coronel José Paulino não emanava, portanto, da força, ou da ameaça do uso da força, mas da sua

⁵ *No quarto*, o mesmo que *na cintura*. Costuma-se usar a expressão no plural, *nos quartos*. (Nota do autor).

relação de respeito para com seus trabalhadores, prestigiando-os e os tratando como seres humanos, além de seu desprendimento material (não se prendia em dar) e imaterial (aceitava que sua gente compartilhasse com ele do seu cotidiano, outorgando-lhes o prestígio de ser morador do Coronel José Paulino). Em outras palavras, além de não explorar ou maltratar seus trabalhadores, como era comum no período, o Coronel ainda se desprendia em bondades para com os seus. Não tinha restrições em receber à sua mesa seus empregados, a quem tudo que o senhor de engenho comia era a eles oferecido, dando dessa forma seus bens e seu prestígio, como mostra a passagem abaixo.

Quando chegamos em casa, o café estava pronto. Na grande sala de jantar estendia-se uma mesa comprida, com muita gente sentada para a refeição. O meu avô ficava do lado direito e a minha tia Maria na cabeceira. Tudo o que era para se comer estava à vista: cuscuz, milho cozido, angu, macaxeira, requeijão. Não era, porém, somente a gente da família que ali se via. Outros homens, de aspecto humilde, ficavam na outra extremidade, comendo calados. Depois seriam eles os meus amigos. Eram os oficiais carpinas e pedreiros, que também se serviam com o senhor de engenho, nessa boa e humana camaradagem de repasto. (REGO, 2008, p. 41).

Quando do casamento da Tia Maria, filha de José Paulino, dezenas de pessoas foram convidadas. Muitas chegaram dias antes do casamento e outras só saíram da fazenda quando os noivos já haviam partido em lua-de-mel. O Coronel não podia deixar de convidar toda aquela gente (REGO, 2008, 132-136). “A obrigação de convidar é inteiramente evidente quando se exerce de clã a clã ou de tribo a tribo. Ela só tem sentido mesmo se oferecida a outros que não as pessoas da família, do clã ou da fratria” (MAUSS, 2003, p. 246).

Outras vezes, atendia os seus empregados, homens da bagaceira, em momentos de grande necessidade, como ocorreu na enchente narrada por José Lins do Rego de forma magistral. Gilberto Freyre assim escreve: “José Lins do Rego já nos contou, em página extraordinária – umas das mais fortes que já se escreveram em nossa língua, o que são essas enchentes nos engenhos do Nordeste” (FREYRE, 2004, p. 70). Quando o rio Paraíba tomava conta de tudo, o Coronel teve o cuidado de enviar socorro aos seus moradores.

“Meu avô, com aquele seu capote de lã, comandava o pessoal como um capitão de navio em tempestade” (REGO, 2008, 56-57), conta o narrador, o menino Carlinhos.

E um comando foi salvador: “– É preciso mandar canoa para o povo da ponte. Lá é mais baixo, deve haver precisão de socorro” (REGO, 2008, p. 57). E de fato, a salvação chegou para quem mais precisava.

Mais tarde os canoeiros chegaram contando os trabalhos da madrugada. Encontraram gente dentro de casa com água pelos peitos. Mulheres chorando, sem esperança de mais nada. Passaram para o alto para mais de cem pessoas, e cacarecos, e criações. [...] Era preciso mandar comida para todo aquele povo desarvorado. Meu avô dava ordens para levarem uma barrica de bacalhau (REGO, 2008, p. 57-58).

Mas naquela situação de enchente, apenas salvar da água não era suficiente. Era preciso ainda dar de comer ao povo em necessidade. Primeiramente, os familiares do Coronel, como numa Santa Ceia, repartiram entre alguns desabrigados – situação em que se encontravam momentaneamente a filha, o neto e o próprio Coronel – “o pão da vida”, o alimento para aquele instante.

Depois chegou do engenho o mantimento que tínhamos esquecido com as pressas. E a minha tia Maria distribuiu com aquela gente toda a carne-de-sol e o arroz que nos trouxeram. Eles pareciam felizes de qualquer forma, muito submissos e muito contentes com os seus destinos (REGO, 2008, p. 59).

Depois repete a mesma ação para com outras que estão em situação de privação.

E o engenho e a casa de farinha repletos de flagelados. Era a população das margens do rio, arrasada, morta de fome, se não fossem o bacalhau e a farinha seca da ‘fazenda’. [...] Gente esfarrapada, com meninos amarelões e chorões, com mulheres de peitos murchos e homens que ninguém dava nada por eles – mas uma gente com quem se podia contar na certa para o trabalho mais duro e a dedicação mais canina (REGO, 2008, p. 61).

Essa atitude do Coronel José Paulino não era apenas atitude em momentos de extrema necessidade, como na enchente – o que já seria muito importante para aquelas pessoas se fosse apenas em situações de calamidade. Era, na verdade, costumeiro daquele senhor de engenho, proprietário do Engenho Santa Rosa. Quando fazia seus passeios de chefe, para cobrar sempre mais trabalho e empenho, revistar suas terras e ter seus olhos sobre suas propriedades, ele também recebia, e atendia quase sempre, pedidos de favores de todas aqueles pessoas que trabalhavam nas terras do Santa Rosa.

Meu avô me levava sempre em suas visitas de corregedor às terras de seu engenho. Ia ver de perto os seus moradores, dar uma visita de senhor nos seus campos. O velho José Paulino gostava de percorrer a sua propriedade, de andá-la canto por canto, entrar pelas suas matas, olhas as suas nascentes, saber das precisões de seu povo, dar os seus gritos de chefe, ouvir queixas e implantar a ordem. Andávamos muito nessas suas visitas de patriarca. Ele parava de porta em porta, batendo com a tabica de cipó-pau nas janelas fechadas. Acudia sempre uma mulher de cara de necessidade: a pobre mulher que paria os seus muitos filhos em cama de vara e criava-os até grandes com o leite de seus úberes de mochila. (REGO, 2008, p. 65-66).

Os trabalhadores, que só ouviam falar da força do Estado em prol dos afortunados e dos que estavam “de cima” na política, sendo a polícia o braço mais visível e representativo do poder público, tinham alento por meio do Coronel, o qual, suprimindo a ausência do Estado em várias situações, andava ouvindo pedidos e atendendo, fazendo cessar a privação dos seus trabalhadores, não só quando necessitava de alimentação, como na passagem abaixo.

E numa casa de palha uma mulher branca, como de madapolão, sem uma gota de sangue na cara, com um menino pequeno engatinhando no chão quente do terreiro e o outro de peito, nos braços: era a mulher de Chico Baixinho. [...] O meu avô dizia para ela ir buscar bacalhau no engenho. (REGO, 2008, p. 67).

Mas também curando, dando remédio.

Noutra casa o povo todo estava com sezão. Tinham voltado da várzea de Goiana amarelos e inchados de paludismo.

– Mande o menino buscar quinino no engenho. Vocês saem daqui com saúde e voltam assim em petição de miséria. Vão outra vez para Goiana. (REGO, 2008, p. 67)

Em outro momento, o narrador de *Menino de Engenho* faz mais uma revelação: “O velho José Paulino tratava de tudo, fazia sinapismos de mostarda, dava banhos quentes, óleo de rícino, jacaratiá para vermes. Curava assim os negros, os netos, os trabalhadores. E lancetava furúnculos” (REGO, 2008, 109).

A consequência disso foi a manutenção do poder do senhor de engenho, daquele senhor feudal, como o próprio José Lins do Rego definia. Ou, como escreveu Gilberto Freyre: “Pode-se atribuir à monocultura da cana a formação [...] do tipo mais puro de aristocrata brasileiro: o senhor de engenho” (FREYRE, 2004, p. 121). E como poder traz poder, e como um grande número de pessoas sob o comando de alguém também

significa poder, o Coronel José Paulino, pelo poder da dádiva, manteve em torno de si milhares de trabalhadores, além de uma leva de ex-escravos, os quais, mesmo depois da abolição, não saíram do engenho.

As negras do meu avô, mesmo depois da abolição, ficaram todas no engenho, não deixaram a rua, como elas chamavam a senzala. E ali foram morrendo as velhas. Conheci umas quatro: Maria Gorda, Generosa, Galdina e Romana. O meu avô continuava a dar-lhes de comer e vestir. E elas a trabalharem de graça, com a mesma alegria da escravidão. As duas filhas e netas iam-lhes sucedendo na servidão, com o mesmo amor à casa-grande e a mesma passividade de bons animais domésticos. (REGO, 2008, p. 83-4).

Para o Coronel, a abolição não mudou sua vida em nada: “A senzala do Santa Rosa não desaparecera com a abolição. Ela continuava pegada à casa-grande, com as mesmas negras parindo, e as boas amas de leite e os bons cabras do eito” (REGO, 2008, p. 88). A única consequência da abolição para o senhor de engenho foi aumentar seu patrimônio, como nos informam as palavras do velho José Paulino.

Quando veio o Treze de Maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo. Levantei-me de madrugada, pra ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com a negrada, de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não me saiu do engenho um negro só. Para esta gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando a dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os meus negros enchiam a barriga com angu de milho e ceará, e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro em açúcar com a abolição. Tudo o que fazia dantes era para comprar e vestir negros. (REGO, 2008, p. 118).

Sem se encontrar em estado de necessidade, ninguém pode se negar a receber uma dádiva. Como Mauss afirma: “Recebe-se uma dádiva com ‘um peso nas costas’” (MAUSS, 2003, p. 248). Em estado de necessidade, então, esses sentimentos e obrigações se multiplicam. Daí tanta servidão e obediência a José Paulino. Além disso, “se as coisas são dadas e retribuídas, é porque *se* dão e *se* retribuem respeitos – podemos dizer igualmente cortesias” (MAUSS, 2003, p. 263). E mais ainda, conforme complementa Mauss: “[...] as pessoas se dão ao dar, e, se as pessoas *se* dão, é porque *se* ‘devem’ – elas e seus bens – aos outros” (MAUSS, 2003, p. 263). Quando José Paulino, um homem com a sua riqueza, prestígio e fortuna, se dá, ele transfere a cada uma

daquelas pessoas seu prestígio, e as pessoas sentem obrigação de retribuir. É, como relatamos no início, a sociedade da “prestação total” descrita por Mauss.

É interessante observar a seguinte passagem, de Norberto Bobbio:

O que importa para Marx e Engels (como para Lênin) é a relação real de domínio, entre classe dominante e classe dominada, qualquer que seja a forma institucional de que se revista. Porque a forma institucional não altera substancialmente a realidade da relação de domínio, que tem suas raízes na base real da sociedade, isto é, das relações de produção. (BOBBIO, 1992, p. 165).

Para nosso entendimento, não há confronto entre o que era importante para Marx e Engels e a ideia de dar, receber e retribuir, de Marcel Mauss. Na verdade, há um complemento. A classe dominante domina porque tem para dar e se apropria do Estado para ser mais capaz de dar sempre e mais. Ou seja, do ponto de vista pelo qual observamos a partir deste trabalho, podemos dizer que é verdade que “as relações de domínio têm suas raízes na base da realidade social, isto é, das relações de produção”, assim como é verdade que a busca pelo domínio dos meios de produção se dá também pela necessidade de se aumentar a capacidade de se subjugar o outro, e de se fazer superior, por meio de uma capacidade cada vez maior de levar os outros à obrigação de receber e de retribuir. Por isso é importante ser rico. E não só é importante ser rico, como também distribuir sua riqueza de modo a se fazer superior. Por isso é importante estar “de cima”, ter o controle do poder público, para ser capaz de, por meio de favores políticos, obrigar os outros.

A obrigação em retribuir leva também a reflexões sobre a reciprocidade, assunto amplamente debatido por alguns autores. Tudo o que foi descrito sobre as relações no engenho trazem a questão à luz.

A teoria da reciprocidade contribui para a interpretação do sentido social das lógicas econômicas construídas pelas comunidades humanas ao longo de sua história. São, com efeito, as prestações, que, de maneira às vezes imperceptível, foram naturalizadas como as relações de troca por causa do peso do modelo de racionalidade da troca capitalista. Mas o capitalismo não se determina em função de valores humanos, afetivos ou éticos, nem de um projeto mais justo, nem mesmo mais durável para a humanidade (SABOURIN, 2007, p. 16)⁶.

⁶ Tradução do autor.
336

Para Godbout (apud Sabourin, 2007, p. 4), “pode-se definir a reciprocidade simplesmente da seguinte maneira: quando se recebe qualquer coisa sob a forma de um dom, tem-se a tendência, por nossa parte, a doar”⁷. A reciprocidade está, pois, no cerne do sistema de trocas apontado por Marcel Mauss, assim como compõe perfeitamente as relações no engenho, as quais, no meu entender, são mais profundas e importantes do que um mero apadrinhamento, como alguém pode apontar.

É importante esclarecer que não se pode, aqui, aprofundar questões de apadrinhamento e dominação, nas sociedades tradicionais, especificamente no engenho de José Lins do Rego.. Lanna (1995), ao tratar desse tema, estudou pequenas vilas nordestinas, como aqui fizemos ao nos deter no engenho Santa Rosa, mas não podemos discutir de maneira mais ampla do que foi feito. Essa discussão, aliás, é perfeitamente possível, mas que levaria a outros contornos que não cabem no presente trabalho. O objetivo aqui é de olhar as relações de poder no engenho pelo ângulo puro do *dom* do Ensaio sobre a Dívida de Marcel Mauss, sem ignorar, porém, que outras abordagens são perfeitamente possíveis.

Conclusão

Do ponto de vista meramente antropológico, é importantíssimo compreender como as sociedades são organizadas e de que maneira seus indivíduos agem e interagem. Quer por meio de rituais, em torno de briga de galo, quer em função das relações de parentesco, estudar e analisar o funcionamento de uma sociedade é um caminho para o homem conhecer mais a si mesmo e aos que integram a humanidade. Aqui, não se buscou senão observar como se davam as relações de troca (dar, receber e retribuir) no engenho nordestino a partir de um olhar da antropologia política, uma vez que, como o próprio Mauss assegura, as observações sobre as relações de troca continuam nas nossas sociedades e, como ele assevera: “Uma parte considerável de nossa moral e de nossa própria vida permanece estacionada nessa atmosfera em que dádiva, obrigação e liberdade se misturam” (MAUSS, 2003, p. 294). Tema caro para a

⁷ Tradução do autor.
337

política, Mauss entende que a liberdade está diretamente ligada às relações de troca, conclusão até certo ponto semelhante às de Karl Marx e Friederich Engels.

O sistema de prestações totais gera, como sugere Marcel Mauss, equilíbrio e paz social, evitando a guerra privada ou pública. No engenho, isso se dá de maneira muito clara. É por meio das trocas – presentes, proteção e favores diversos – que se dava aquele tipo de relação bem específico, envolto em uma incessante busca por ser mais que o outro, de ser superior, de procura por poder, ou por mais poder. Pensando a partir de uma antropologia política, “[...] nada é mais precioso que a aliança selada pelo dom, visto que ela permite a passagem, sempre revogável, da guerra à paz, e da confiança à desconfiança” (CAILLÉ, 2002, p. 8). Isso representa uma postura “antiutilitária”, que “não quer dizer, de modo algum, não-utilitário, inútil, gratuito [...]. Mas ninguém pode ter acesso a esse tipo de utilidade [...] se não for capaz de sair do registro do utilitário” (CAILLÉ, 2002, p. 8).

O dar, o receber e o retribuir estão intimamente ligados ao poder, sua conquista, manutenção e aumento durante o tempo que se puder e o quanto se conseguir. E tudo isso ocorre não porque há um “espírito” na coisa necessariamente, a não ser que esse “espírito” seja o sentimento de desejo pelo poder projetado e materializado na coisa dada, recebida e retribuída.

Se em tantos lugares e em todos os tempos há esse sentimento da obrigação de dar, receber e retribuir, inclusive nos nossos dias, pode-se, no mínimo, supor que isso advenha da natureza humana, e não de um “espírito” na coisa, explicação que só se pode aceitar entre os povos arcaicos. A atualidade da questão também foi percebida por Jacques T. Godbout, segundo informa Caillé (2002, p. 10): “Em *O espírito do Dom*, de Jacques T. Godbout, tentamos mostrar em que sentido a reflexão sobre o dom é sempre crucial em nossos dias”.

Dessa forma, faz-se necessário perguntar por que tal sentimento existe, que razão natural há no homem para que deseje dar, receber e retribuir. A resposta parece estar em Hobbes, que explica a necessidade de o homem se mostrar como superior por um sentimento de sobrevivência remanescente dos tempos em que os seres humanos viviam em estado de natureza.

Esse sistema de prestações totais interligava a sociedade inteira em torno da obrigação de dar, receber e retribuir. No engenho mostrado acima, muito mais do que

hoje, o sistema das prestações totais funcionava obrigando mutuamente as pessoas, que passavam a “dever favor”, de algum tipo, umas às outras, permitindo assim um equilíbrio social, mesmo que em estado de disputa pelo desejo de ser superior.

Como dar é uma demonstração de boa vontade, uma declaração de paz – mesmo que intimamente dar tenha sido levado a efeito para que o “doador” alimente seu desejo de superioridade –, a atitude de dar leva felicidade a quem dá e a quem recebe. O primeiro porque se sente superior; o segundo porque teve uma privação cessada, ou obteve um adorno a mais para seu viver, recebeu algo que foi acrescentado a sua vida. Nesse sentido, Marcel Mauss afirma que:

Os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas só serão felizes quando souberem sentar-se, como cavalheiros, em torno da riqueza comum. Inútil buscar muito longe qual é o bem e a felicidade. Eles estão aí, na paz imposta, no trabalho bem ritmado, alternadamente em comum e solitário, na riqueza acumulada e depois distribuída, no respeito mútuo e na generosidade recíproca que a educação ensina. (2003, p. 314).

Ou seja, não adianta ter riqueza se ela não é usada para gerar paz, conciliação, alegrias, ou até mesmo o sentimento no “doador” de ter sido capaz de cessar a privação de outrem ou de ter sido capaz de oferecer algo a quem não tinha o que este tinha.

Com todas as possibilidades de conflitos interpessoais, numa comunidade onde o poder do Estado era praticamente ausente, a paz no Santa Rosa permaneceu porque a riqueza e o desprendimento do Coronel José Paulino, aliados a seu prestígio e poder, foram ofertados a todos. Pode ter havido outros fatores, mas para o momento, a visão deste trabalho se restringe a observar o mundo pela ótica de Marcel Mauss do dar, receber e retribuir. É assim que ofertamos ao leitor esta visão da dádiva como fonte de poder. E se o leitor recebeu, agora tem que devolver em forma de contribuição crítica para melhoria das pesquisas que serão feitas no campo da política a partir da ótica do *Ensaio sobre a Dádiva*.

Referências

- ASSIS, Machado de. Memórias póstumas de Brás Cubas. 5. ed. São Paulo: FTD, 1998.
BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. 6. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
CAILLÉ, Alain. *Antropologia do Dom: terceiro paradigma*. Petrópolis: Vozes, 2002.

- FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.
- GODBOUT, Jacques T. In: SABOURIN, Eric. *Organisation paysanne au Brésil: capital social, réciprocité et valeurs humaines*. Revue du MAUSS Permanente, 7 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article158>>.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado civil e eclesiástico*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- LANNA, Marcos P. D. *A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 25. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- REGO, José Lins do. *Menino de Engenho*. 94. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- SABOURIN, Eric. *Organisation paysanne au Brésil: capital social, réciprocité et valeurs humaines*. Revue du MAUSS Permanente, 7 de agosto de 2007. Disponível em: <<http://www.journaldumauss.net/spip.php?article158>>.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000. V. 1.

Artigo recebido em: 26/03/11
Aceito em: 18/07/11